

**DIFERENTES TIPOS DE ALFORRIAS
EM MANUSCRITOS CATALANOS OITOCENTISTAS**

Maiune de Oliveira Silva (UFG)

maiune20@gmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhpcat@gmail.com

Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida (UFG)

may_aparecida20@hotmail.com

RESUMO

Entender os tipos de alforria dos escravos é o propósito deste estudo, buscando compreender como era sustentada a relação entre os senhores e os cativos após a manumissão, uma vez que este processo se deu em longo prazo e, muitas vezes, contra a vontade dos senhores. O *corpus* que utilizamos para realizar esse estudo é composto por dois livros manuscritos, o primeiro pertencente à categoria dos livros eclesiásticos que carrega em seus fólhos assentos de batismo de negros escravos e de seus descendentes, e em um dos seus assentos consta a alforria de um cativo inocente. O segundo, pertencente à classe dos livros cartoriais, consta em seus fólhos diversas escrituras públicas, dentre elas uma escritura que concede a liberdade a um negro escravo. Estes códices foram analisados para se descobrir a tipologia das alforrias e as possíveis relações que se estabeleceram após este período, haja vista que as alforrias em questão não foram concedidas em sua totalidade, pois os forros ainda mantiveram vínculos com seus donos. Cumpre ressaltar que, para o construto teórico, embasamo-nos em autores como Aledrán (2008), Gorender (1978), Moura (2004), Mattoso (1982), dentre outros.

Palavras-chave: Filologia. Escravidão. Alforria.

1. Notas preliminares

Objetiva-se com o presente estudo versar sobre dois tipos de alforria encontrados em livros manuscritos catalanos que contêm em seus fólhos narrativas sobre negros escravos e suas progênes. O primeiro, um livro de registro de batismo da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que compreende o período de 1839 a 1842, traz em um de seus fólhos paroquiais uma alforria concedida pelo tenente Antônio Francisco Cruz a seu cativo de nome Inocêncio; contudo, a mãe desta criança, Tereza crioula, também escrava, continuou sob a tutela desse senhor.

A segunda tipologia se assenta na classe dos códices cartoriais, a saber, um livro do Cartório de 2º Ofício de Notas de Catalão, e em alguns de seus fólhos encontra-se o traslado de uma escritura de liberdade concedida por Vicente Pereira da Luz e sua mulher a um cativo inocente de nome Misael. No entanto, essa alforria não foi concedida em sua totalidade, uma vez que o escravo deveria prestar serviços aos seus senhores até que estes falecessem, devendo ainda cuidar do filho deste casal até que ele completasse a idade de trinta anos.

Todos esses documentos foram exarados na vila e, depois, cidade de Catalão. O primeiro foi lavrado no ano de 1841 e o segundo no ano de 1861. Compreende-se, então, a distância temporal de exatos vinte anos entre um documento e outro. Os fatos narrados revelam que a prática escravocrata era recorrente na cidade de Catalão, embora algumas autoridades e historiadores reneguem tal assertiva.

O primeiro documento é parte de um códice manuscrito composto por noventa fólhos, dos quais menos da metade dos batizando são escravos ou seus descendentes. Do segundo, por encontrar-se bastante deteriorado pelo tempo e pela má condição de armazenamento, encontraram-se apenas alguns fólhos, nos quais diversos tipos de documentos eivados de fé pública foram identificados, dentre os quais é possível verificar a menção aos negros escravos em escrituras de compra e venda de escravos, hipoteca de escravos e carta de liberdade.

Nesse ínterim, importa lembrar que depois de devidamente digitalizados pela equipe do projeto “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás”, procedemos à leitura e à edição semidiplomática dos documentos para que fosse possível a familiarização com as informações ali existentes.

Os documentos em análise não foram editados e estudados simultaneamente, uma vez que eles alicerçaram pesquisas realizadas em anos e por pesquisadoras diferentes. No entanto, as duas pesquisas ecoam na trama da escravidão, pois os atores sociais aí descritos sofreram com os áspers anos desse sistema.

Objetiva-se, pois, conhecer mais detalhadamente sobre as tipologias das alforrias, uma vez que o forro nem sempre conseguiu tê-las em sua totalidade. Para tanto, discutimos sobre a prática escravocrata nos idos oitocentistas, não a desvencilhando da prática filológica, pois esta última nos forneceu o respaldo necessário para obtermos esses resultados.

2. *Delineamentos metodológicos*

Principiamos com a leitura dos fólhos em tela para que fosse possível conhecer um pouco mais das narrativas que estavam cravadas nos documentos. Posteriormente, fizemos a edição semidiplomática e em disposição justalinear, consoante as normas de transcrição para documentos manuscritos, dispostas em Megale e Toledo Neto (2005).

Optamos por este tipo de edição pelo fato de ela permitir algumas concessões ao editor, tais como: o desdobramento das formas abreviadas, por permitir assinalar os possíveis lapsos do escriba, em notas de rodapé, bem como preservar o estado de língua em análise, uma vez que o autor, nesse tipo de edição, não pode alterar a grafia dos documentos.

As abreviaturas são recorrentes em documentos manuscritos porquanto o suporte que recebia a tinta e a substância utilizada para gravar as informações tinha os preços dispendiosos para a época. Deste modo, ao fazer uso deste recurso, os escribas economizavam tinta e espaço no papel. Ademais, o desenvolvimento das abreviaturas tem o objetivo de facilitar a leitura para quem não consegue identificar o que está redigido no manuscrito. Para essa tarefa de decifração das abreviaturas, fizemos uso do livro *Abreviaturas: Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX*, de Maria Helena Flexor (1991), o qual muito nos auxiliou nessa tarefa de edição dos fólhos. Insta dizermos ainda que, além de observamos o que consta no livro supracitado, consideramos o contexto em que tais abreviaturas se encontravam.

Concomitantemente à edição dos fólhos, foi possível conhecer um pouco mais do cenário catalano nos oitocentos. Assim, adentramos na história desses atores sociais e tivemos certeza de que se tratava de outra época e de outro público dominante, isto é, aqueles que viram nos negros uma oportunidade para aumentar seus lucros, legitimando uma prática secular da colonização.

Nesse sentido, a literatura histórica sobre a época esclarece que os negros eram presas fáceis para os colonizadores, pois eles trabalhavam em demasia, dormiam pouco, tinham hábitos de alimentação nada saudáveis, laboravam durante meses encurvados nas minas de metais preciosos⁵³ e por isso aguentavam, quando muito, sete míseros anos de escravidão (PALACÍN; MORAES, 1989).

Em meio à prática da escravidão observa-se a questão das alforrias dos cativos, contexto histórico esse que identificamos estar presente em nosso *corpus*, o que nos motivou a lançarmos nosso olhar para essa temática. Assim, nos códices analisados, identificamos dois tipos de alforria, a saber: alforria de pia e alforria por carta de liberdade, as quais nos possibilitaram visualizar um pouco mais do cenário de manumissões empreendido em Catalão.

Para tanto, tendo como referência Aledrán (2008), Gorender (1978), Moura (2004), Mattoso (1982), entre outros, para chegarmos à história assentada em manuscritos oitocentistas, buscamos compreender como se deram essas práticas de alforriar os cativos, buscando, ademais, observar as implicações destes atos para a vida de homens e mulheres que nasceram sob o jugo da escravidão.

Ao dar cabo a esses fatos nos documentos, buscamos alcançar a terceira função da ciência filológica que, segundo Spina (1977), responde pela função transcendente, que permite ao editor conhecer um pouco mais da história que se encontra externa ao documento.

3. As formas de se alforriar no Brasil

Tal como se observa em trabalhos que se dedicaram ao estudo das alforrias ocorridas no Brasil é possível dizer que não existe um consenso entre esses estudiosos para se definir os diferentes tipos de alforria que aqui ocorreram, fato que se torna passível de verificação quando se observam com afincos as classificações adotadas por cada um deles que, embora tenham muito em comum, partem de uma ótica diferente para analisar tal questão.

⁵³ Sabe-se que Catalão não foi uma cidade que se desenvolveu arraigada nessa cultura. A atividade que favoreceu o progresso de Catalão foi a agropecuária, conforme pode ser notado no corpo dos assentos de batismos (PALACÍN; MORAIS, 1989).

Diante disso, buscamos realizar uma classificação das manumissões que busque abarcar o maior número de características possíveis. Assim sendo, observamos a questão da prática de se alforriar os negros escravos, por três óticas distintas, a saber: os *tipos de alforria*, suas *formas de registro* e suas *especificidades*.

Primeiramente, observamos os tipos de alforrias encontradas no cenário escravocrata brasileiro, em que dividimos as alforrias de acordo com o nome que receberam no ambiente escravocrata, a saber: *alforria de pia*, *alforria de verba testamentária*, *carta de liberdade e carta de corte ou coartação*.

Além de dizermos qual o tipo de alforria, acreditamos ser necessário ainda informar ao leitor qual foram suas *formas de registro*: em *registros de batizados*, em *cartas sem e/ou com registro notarial*, podendo ainda aparecerem assentadas em *verbas testamentárias*.

Vale ressaltar que não existia a obrigação de se oficializar essas liberdades em registros públicos, embora esse procedimento ofertasse maior segurança ao ex-escravo, impedindo que este retornasse ao estado de servidão, uma vez que, conforme disposto nas Constituições Filipinas do século XVII, existia a possibilidade da reescravização do cativo quando não se comprovava a legalidade da alforria ou, ainda, em casos de ingratitude ou traição dos ex-cativos para com seus ex-senhores.

Cumpre-nos ainda, especificar, de que forma essas alforrias eram alcançadas: mediante *pagamento*, de *forma gratuita* ou com o cumprimento a algumas *condições* firmadas no ato da manumissão.

Com relação a esse último ponto de observação, entende-se que: as pagas referem-se àquelas em que se efetua um pagamento, sendo que este podia ser realizado em dinheiro (moeda corrente) e/ou ainda com a transmissão da posse de um outro cativo (isso porque conforme verificasse nos moldes da escravidão ocorrida no Brasil, os escravos também podiam ter outros cativos em seu poder e domínio), podendo ainda, estarem combinadas a outras condições.

Vale ressaltar que esse tipo de alforria exigia do escravo a acumulação de pecúlio (o qual se torna legal com a promulgação da Lei nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871) ou, então, que alguém emprestasse ou pagasse por sua alforria, o que exigia do escravo a articulação com familiares, amigos e protetores. Sabe-se ainda que este tipo de concessão da alforria constituía-se em um

negócio lucrativo para o senhor de escravo, porquanto, muitas vezes, o valor arrecadado com a alforria de um cativo possibilitava que se comprasse outro escravo mais novo (isso exigia do senhor uma avaliação de mercado) ou ainda que se fizessem outros tipos de transações que para esse senhor se faziam importantes.

As alforrias gratuitas eram aquelas que não envolviam nenhum tipo de pagamento ou condição, sendo que o escravo se tornava forro imediatamente, sem contrapartida material para o senhor. Vale dizer que essa classificação parte apenas do princípio de que o escravo não teve que pagar por sua liberdade mediante apresentação em dinheiro ou prestação de serviços após a concessão de sua manumissão, isso porque sabemos que nenhum tipo de alforria deu-se totalmente de forma gratuita, mesmo estes que lograram de suas liberdades jurídicas, de modo imediato, tiveram que trabalhar arduamente durante longos anos para seus senhores e a eles devotaram suas lealdades.

De outro modo, as alforrias condicionadas podem ser definidas especificamente como um tipo de alforria que só era alcançada quando o cativo cumprisse todas as exigências estipuladas por seu senhor quando este lhe “concedeu” a carta de liberdade. Listam-se entre essas obrigações: a condição de permanecer no estado de servidão até a morte do senhor, a de servi-lo até um tempo determinado o qual se firmava no ato da concessão da alforria e, muitas vezes, verifica-se também a obrigação de servir aos filhos de seus senhores, quando estes já haviam falecido.

Assim, considerando essas três perspectivas de estudo, realizamos uma classificação das alforrias empregadas no Brasil, como pode ser observado no quadro apresentado a seguir.

Quadro das alforrias no Brasil		
Tipos	Forma de registro	Especificidades
alforria de pia	registro de batismo	paga
verba testamentária	testamento (podendo ainda receber registro em cartório)	Gratuita
carta de liberdade	carta com ou sem registro notarial	paga ou gratuita
alforria de coartada/carta de corte	carta com ou sem registro notarial	paga em prestações

Quadro 1- tipos, formas de registro e especificidades das alforrias empregadas no Brasil.

A *alforria de pia* é alcançada, segundo Moura (2004), mediante o pagamento de uma soma nominal, que era oferecida pelo pai biológico, pelo padrinho escolhido ou ainda pelo seu senhor, mostrando a importân-

cia das relações de compadrio e amizade estabelecidas entre os cativos com aqueles com quem se relacionavam.

Destacamos, assim, as relações de compadrio estabelecidas entre os pais dessas crianças (negros escravos) com os seus compadres e comadres (que podiam ser tanto homens brancos como também negros em estado de servidão ou que haviam recebido a alforria).

Nota-se, deste modo, que o compadrio influenciava nas relações entre os envolvidos no batismo, criando novos laços parentais. Tal ótica pode ser confirmada inclusive nas *Constituições do Arcebispado da Bahia* ([1719/1720] 1853)⁵⁴. De acordo com o que consta nessas constituições na seção intitulada “*De quantos, e quaes devem ser os padrinhos do baptismo, e do parentesco espiritual, que contrahem*” (p. 26)

Tambem lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimonio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concilio Tridentino, se contrahe somente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e o não contrahem os padrinhos entre si, nem o que baptiza com elles, nem se estende a outra alguma pessoa alem das sobreditas.

Julgamos pertinente trazer à baila tal excerto para comprovar que os laços estabelecidos entre padrinhos brancos e negros escravos estava previsto até mesmo na Doutrina Católica, corroborando a hipótese de que para os cativos tal escolha significava a possibilidade de alcançarem um futuro menos penoso.

Ressalta-se, deste modo, que mais do que um reconhecimento oficial de suas liberdades, os escravos buscavam o reconhecimento social e uma das formas de se alcançar essa verdadeira liberdade estava no bom relacionamento com os seus senhores, nas relações de compadrio, de amizade, entre outras.

Outro tipo de manumissão que se fez expressivo no cenário brasileiro foi a que se concedeu em *verba testamentária* dos senhores de escravos, geralmente quando se encontravam em leito de morte, quando era comum se registrarem os testamentos, deixando assentada no corpo do texto a exigência de que seu(s) cativo(s) fosse(m) declarado(s) como alforriado(s).

⁵⁴ As constituições do Arcebispado da Bahia foram laboradas por Dom Sebastião Monteiro de Vide e aprovadas em 1707 no Synodo Diocesano, sendo amplamente difundidas no Brasil e serviram à Igreja Católica durante séculos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Um dado interessante a respeito desse tipo de alforria e que merece ser destacado aqui é que existia a possibilidade das alforrias outorgadas por testamento serem consideradas nulas. Tal situação ocorria quando o valor conferido ao escravo que se alforriava ultrapassava um terço do capital que aquele senhor possuía, uma vez que dois terços desse montante era por direito dos seus herdeiros (MATTOSO, 1982).

Ademais, observa-se outro caso especial de se alforriar um cativo, o qual se dava mediante a posse de um documento conhecido como *carta de liberdade ou carta de alforria*.

Segundo Aledrán (2008), a carta de alforria era um instrumento legal que concedia a liberdade ao cativo, podendo este documento ser registrado em cartório e ser lançado, assim, em livro de notas. Nesse tipo de situação, observamos duas datas distintas (a primeira relativa ao dia que o senhor concedeu a carta de liberdade, e o segundo, referente a data que este documento foi lançado em livro de notas).

Por fim, identifica-se no cenário escravocrata a presença de outro tipo de alforria, a *alforria coartada* ou *carta de corte*. Esse tipo de alforria caracterizava-se pela compra da alforria paga em prestações, cujo valor e estipulação da quantidade de parcelas a serem pagas eram firmados no ato da negociação.

Assim, este cativo recebia como documento comprobatório desta transação a chamada “carta de corte”. Essa carta servia, inclusive, para o ex-cativo provar sua alforria e com isso conseguir emprego, podendo ter condições financeiras para saldar as prestações referentes à sua conquista da liberdade.

Conforme apresentado nesta seção, tentou-se demonstrar as diferentes formas de se conceder a manumissão dos cativos no Brasil, dando-nos condições para realizar neste momento a análise das alforrias que identificamos no *corpus* deste estudo, a saber: alforria de pia e carta de liberdade.

4. A liberdade concedida no ato do batismo

O primeiro tipo de alforria que propomos analisar consiste em uma alforria de pia, assentada em um registro de batismo, o qual para ser lavrado requereu-se o pagamento de uma determinada soma em dinheiro, dado esse que dispomos tomando por base o que nos informa Clóvis

Moura (2004) na obra “Dicionário da escravidão negra no Brasil”. No entanto, não sabemos dizer se o senhor de escravo recebeu algum dinheiro para conceder a alforria de pia ou ainda se foi ele mesmo quem quis conceder esta manumissão.

Conforme mencionado anteriormente, a alforria de pia consistia na concessão da alforria dada durante o ato do batismo, o qual era realizado nas pias batismais, o que justifica o nome pelo qual este tipo de manumissão ficou conhecido na época.

A manumissão aqui apresentada refere-se à alforria dada a Inocência em 27 de setembro de 1841, a pedido do tenente Antônio Francisco Cruz, o qual era dono da mãe do batizando, a Tereza crioula, e, portanto, era senhor também do dito Inocência. Assim, além dos informes comuns que são dispostos em registros de batismo, nesse em específico, verificam-se informações relativas à alforria firmada no assento de batismo, tal como se observa no excerto abaixo, em que dispomos a versão semidiplomática deste registro.

||70v|| Aos vinte e Sete domes de Setembro de mil oito centos, e | quarenta e um anno nesta Freguezia de Nossa Senho | ra Mae de Deos do Catalão deste Bispado de Goyas Ba | tizei Solemmente a Jnocencio que nasceo a 28 de Julho | deste mesmo anno pelas 3 horas da tarde, cujo inocente- | te suposto he filho de Thereza crioula escrava do Tenente | Antonio Francisco Crús e por isso tambem **era seo | cativo**; com tudo odito *Senhor* Crús me mandou que | lavrasse este assento declarando ao dito Inocencio | **por forro liberto que assim era Sua Vontade**, assim | Ho prometi fazer como fiço, **ficando o mesmo Senhor obrigado aSignar fe neste mesmo livro para | que conste para ofuturo**: o que ofês: foraõ Padrinhos dy | to innocente Antonio Bento, eAntonia Rodrigues de | Jesus. Nafazenda dos Olhos d’agoa. | [espaço] | Oparcho Manoel Camelo Pinto | [espaço] Antonio Francisco Crús (fólio 70 verso, grifos nossos)

Conforme se observa no trecho acima havia a necessidade de que as alforrias fossem registradas em documentos eivados de fé pública, o que pode ser percebido pelo seguinte trecho: “[...]ficando | o mesmo Senhor obrigado aSignar fe neste mesmo livro para | que conste para ofuturo[...].”

De acordo com o que já comentamos anteriormente e deve ser rememorado novamente, era muito importante ter um documento público que comprovasse a veracidade das alforrias dos cativos, impedindo, assim, que estes fossem levados novamente a cativo.

Além disso, devemos destacar que o ato de alforriar o cativo trazia benefícios para ambas as partes. Para o senhor de escravo, além de

ser uma forma de condicionar o comportamento dos pais dessa criança, impedindo, assim, atos de fuga e ingratidão, era uma maneira de se deixar registrado em documento público que ele estava tendo um ato de bondade, uma vez que nessa época as ideias abolicionistas estavam em pleno vigor no cenário brasileiro e demonstrar estar de acordo com esses ideais era algo que trazia prestígio aos senhores.

De outro modo, os escravos mantinham-se obedientes aos seus senhores tendo como único objetivo lograrem melhores condições de vida. Outra justificativa que tem sido apontada por historiados com relação à concessão de alforrias está no fato de que muitas vezes essas crianças alforriadas eram na realidade fruto do relacionamento entre os senhores e suas escravas. No entanto, esse assento de batismo não nos oferece condições de afirmar sobre qual dessas justificativas ele se assenta o que, de modo algum, desmerece a discussão aqui exposta.

Um fato que deve ser discutido com relação às alforrias está na realidade dessas crianças após terem sido libertas, isso porque mesmo tendo sido alforriadas essas crianças cresciam dentro das senzalas tendo que trabalhar para os senhores de suas mães para garantirem o sustento. Neste sentido, o que pretendemos evidenciar é que muitas vezes essas alforrias não traziam reais mudanças para a vida destas crianças, como provavelmente deve ter ocorrido com o forro Inocêncio, uma vez que sua mãe ainda estava condicionada ao estado de servidão.

5. A liberdade condicionada

Outro caso de alforria identificado no *corpus* de estudo refere-se a um traslado de escritura de liberdade concedida pelo senhor Vicente Pereira da Luz e sua mulher Ana de Jesus a favor do escravo Misael. Escrita na Fazenda dos Periquitos no dia 22 de janeiro de 1861 e transladada para o livro de notas em 05 de junho de 1861, essa carta de liberdade prevê a prestação de serviços do cativo aos seus senhores como condição para que ele venha a desfrutar de sua liberdade, conforme se verifica no excerto abaixo, em que dispomos um trecho da versão semidiplomática do referido documento.

||53r|| Digo eu abaixo assig- | na do Vicente Pereira da Lus, eminha mulher | Anna de Jesus que entre os mais seres que | somos Senhores epossui dores, com livre ege | vel Administração é livre assim um | Escravo denome Misael pardo ao qual como | demos emvirtude detomasua liberdade | sendo este beneficio feito muito de | nossas livres iespontanias vontades, esem | constrangi-

mento de pessoa alguma; só com | a sugeição denos acompanhar emqu | anto vivos formos, epor nosso falecimen | to acompanhar onosso filho Manoel | daLus, para lhe dar educação e fase-lo= ||53v||Efaseo trabalhar atteter aide de | trinta annos; idahi em diante sequi | zer em sua companhia lhepagara | oseu salario, esenaõ lhedara sua | liber dade para odito es cravo Misael | tractar dasuavida como melhor lhe | parecer. (fólios 53 recto e 53 verso, grifo nosso)

Conforme disposto neste excerto, o escravo Misael deveria trabalhar para os seus senhores até que estes viessem a falecer e neste caso deveria ainda cuidar do filho deste casal, o Manoel, até que este atingisse a idade de trinta anos. Observamos que se trata de uma carta de liberdade condicionada, uma vez que prevê o cumprimento de certos serviços para que a alforria venha a ser de fato concedida.

Segundo Mattoso (1982), esta situação era denominada de “estado intermediário entre a escravidão e a liberdade”, estado esse que conforme se observa por este documento em específico poderia prolongar-se por muitos anos, razão porque muitos cativos morriam sem terem cruzado este estado de transição.

Ademais, constata-se ainda que, embora esta alforria caracterize-se por ser gratuita, uma vez que não houve o pagamento em dinheiro para esta transação, o cativo em questão deveria pagar duramente por ela, mediante o suor de seu trabalho e por meio da lealdade que deveria dedicar aos seus senhores até mesmo depois de suas mortes, o que nos permite dizer que, em certos casos, a alforria gratuita revela-se mais cara do que aquelas em que o próprio cativo comprava suas cartas de liberdade.

Diante deste cenário percebemos que as alforrias não significavam atos de generosidade dos senhores para com seus cativos; antes, implicavam atos realizados para atender a certas necessidades. Segundo Gorder (2010, p. 380):

A alforria servia aos senhores para os seguintes objetivos principais: permitia-lhes livrar-se de escravos imprestáveis; concedida como prêmio, estimulava a fidelidade de certo tipo de escravos, a exemplo dos domésticos, diante dos quais os senhores eram mais vulneráveis; constituía uma fonte de renda suplementar derivada do pecúlio dos escravos.

O mesmo pensamento é defendido por Aledrán (2008) que nos informa que, no caso específico das alforrias condicionadas (as que se fizeram mais expressivas em seu trabalho), tinha-se um interesse por parte dos senhores de garantir o bom comportamento de seus cativos, os quais provavelmente para alcançar a tão almejada alforria obedeciam aos mandos e desmandos de seus senhores, a fim de que essas cartas de alforrias

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

não fossem revogadas, o que de fato poderia ocorrer caso estes demonstrassem ingratidão ou desobediência.

Na tramitação desta carta de liberdade são dispostos outros informes que nos permitem trazer à baila outro questionamento. Assim como apontado na análise anterior, observa-se nesse documento a importância que se tinha em ter um documento eivado de fé pública.

A referida carta de liberdade aqui exposta foi escrita pelo Reverendo Manoel Anastácio de Carvalho, na Fazenda dos Casados no dia 22 de janeiro de 1861, a pedido do senhor Vicente Pereira da Luz e de sua mulher Ana de Jesus, os quais deixam claro no corpo do texto que esta carta seria lançada futuramente em livro de notas, o que se sucedeu no dia 05 de junho de 1861, comprovando a legalidade daquele documento, como explicita o trecho:

[...] eporisso lhe faremos este bene | ficio dasualilberdade que ficando| sando como assim referimos sem que | emtempo algum os meus herdeiros pos | são lhe chamar acaptiveiro por ser livre | como defacto é efica sendo dehoje para | to do sempre, **eque esso pedirias as jus | tiças deSua Majestade Imperial sem aeste tí | tulo inteiro vigor como sefosse Escrip | tura publica; esta será lançada em | olivro de Notas para não haver duvida** (fólio 53 verso, grifo nosso)

Com relação à realidade deste cativo, não podemos afirmar sobre a sua condição de vida após a manumissão, uma vez que não temos informações se ele conseguiu alcançar sua liberdade de fato, uma vez que muitos escravos morriam sem alcançar a tão sonhada liberdade.

No entanto, com relação àqueles que conseguiram viver o suficiente para presenciarem tal fato, acredita-se que estes permaneceram vivendo junto daqueles que pouco antes ainda eram seus senhores/donos. Isso porque muitos deles não tinham outras opções, não conseguiam emprego e lugar para viverem e, somado a isso, havia o medo do desconhecido: após serem alforriados, havia a possibilidade de se depararem lá fora com um mundo mais cruel ainda do que aquele que conheciam quando estavam sob os mandos e desmandos de seus senhores.

6. Considerações finais

Mediante o que a historiografia nos informa e os próprios documentos em estudo corroboram, a prática de alforriar os cativos revela-se sendo um ato comercial, raramente um gesto de generosidade dos senho-

res. Ademais, observa-se que essas liberdades concedidas existiam apenas no plano teórico; no plano da realidade, homens e mulheres antes escravos continuaram presos aos seus antigos senhores, tendo que devotarem a eles seus serviços e suas gratidões, afinal, as liberdades firmadas em registros batismais, atas de testamento, carta de liberdade e cartas de corte podiam a qualquer momento serem revogadas, demolindo, em pouco tempo, um alento à vida inteira de submissão e de arranjos relacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEDRÁN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1885*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ANDRADE, Carlos Andrade de. *Livro de notas do 2º. Tabelliaõ (1886)*. Cartório do 2º. Ofício – Tabelionato de Catalão: Catalão-GO, 2007.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: EDUNESP/Arquivo do Estado, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVIII*. Cotia: Ateliê, 2005.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta Santana. *História de Goiás (1722-1972)*. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PARÓQUIA Nossa Senhora Mãe de Deus, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Mariano José Pereira. *Livro de assentos de registros de batizados da paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1839-1842)*. 90 fólhos. Villa do Catalão, 26 de dezembro de 1839 (Visto em Visita Pastoral de 17 de novembro de 1862).

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

**DOS QUADRINHOS À CENA:
ASPECTOS DO PROCESSO CRIATIVO EM HQ⁵⁵**

Wagner Rosa (UEM)

wagnerrosa@sercomtel.com.br

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)

edinapanichi@sercomtel.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo realizado junto ao grupo Ballezinho de Londrina em seu espetáculo intitulado *HQ*, no qual se encena e personifica a transposição da linguagem estática das histórias em quadrinhos para a linguagem cênica da Dança. Como fundamentação teórico-metodológica utilizou-se os princípios da Crítica Genética, a fim de acessar, descrever e avaliar o processo criativo do espetáculo a partir dos registros e materiais preservados. O espetáculo *HQ* originou-se de uma proposta cuja temática é comunicar, por meio da dança, não somente a mecânica das “historinhas” que caracterizam o contexto da linguagem de inspiração, mas transpondo-o para o universo cênico. Produziu-se um percurso em que se presta uma homenagem à própria história daquela arte, a seus principais autores e personagens. Como resultado, pode-se afirmar que o grupo Ballezinho de Londrina conseguiu realizar a transposição das imagens estáticas impressas nas páginas das revistas para a linguagem de movimentos cênicos, apropriando-se de recursos característicos da primeira linguagem e impactando o público quando conseguiu fazer com que se sentisse dentro das páginas, e conhecesse um pouco mais sobre o mundo das HQs.

Palavras-chave: Linguagem da dança. Linguagem das histórias em quadrinhos. Crítica genética. Ballezinho de Londrina. Conversão de formas.

⁵⁵ O presente texto é um recorte do projeto de pesquisa de doutoramento intitulado provisoriamente de “Linguagens cênicas e o percurso criativo de um espetáculo de dança”. Outros resultados foram e ainda serão produzidos com base na temática aqui abordada.

1. Introdução

No presente trabalho, nos propusemos a estudar alguns aspectos do processo criativo do espetáculo *HQ*, produzido pelo grupo amador de dança Ballezinho de Londrina⁵⁶, adentrando os bastidores daquela obra sob a óptica da crítica genética, visando resgatar a estética do *movimento criador*. Para pesquisar a linguagem da dança com base nas teorias linguísticas, foi escolhida uma vertente desta em que muitas (sub) linguagens entram em cena para que ela aconteça: a vertente cênica e os bastidores que a compõem.

A metodologia empregada replica os procedimentos enunciados na obra *Pedro Nava e a Construção do Texto*, de Panichi e Contani (2003). Para aqueles autores um arquivo, ao ser preservado, começa a integrar um acervo de formas que, por si mesmas, são traduções preliminares da realidade. Em seu conjunto, essas formas delineiam o raciocínio esquemático seguido pelo autor/criador e podem revelar o que é necessário para que se possa chegar ao resultado dito final. No livro, os autores investigam a enunciação de um método de escrita calcado numa espécie de “transposição de linguagens” baseada no procedimento desenvolvido por Nava onde materiais diversos são utilizados como recurso para o resgate de memórias na produção de suas obras memorialistas.

Ao verificar a passagem do estado de arquivo para o texto escrito, é possível explorar a estrutura do pensamento daquele autor e, por analogia, empreender uma forma de análise acerca do *movimento criador* na construção cênica de *HQ*. Para o memorialista, o ato de criar não surge do nada, ele se baseia em dados preexistentes que, manipulados pela mão do escritor, assumem um novo formato dependendo dos objetivos que este tem em vista. Sob esta perspectiva, a constituição de arquivos de criação serve de recurso para a construção do objeto cênico por meio de uma *conversão de formas*, que contribui na (ou constitui-se por uma) transposição de linguagens, seja textual, imagética ou sonora. Há, no bojo, a produção de novas formas de expressão, manifestadas em linguagens distintas de suas fontes, seja com o intuito de produzir um texto literário ou de compor uma obra cênica.

⁵⁶ Tendo por objeto de trabalho a pesquisa cênica em dança e possíveis convergências de linguagens artísticas para fins de encenação, o Ballezinho de Londrina foi formado com o objetivo de complementação da formação acadêmica e a ampliação de experiências de seus componentes. O grupo constitui uma instância intermediária entre as atividades essencialmente de formação em *ballet* clássico desenvolvidas pela Escola Municipal de Dança de Londrina e o trabalho de produção profissional do Balé de Londrina.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Panichi e Contani (2003, p. 62), “uma imagem, uma ideia, uma percepção não têm hora fixa para acontecer”. Quando se está criando, seja um espetáculo de dança, seja uma coreografia ou alguns detalhes que compõem a cena, o tempo nela empregado faz com que dissipem formas de linguagem que, não raras vezes, não receberam o registro adequado. Algumas ideias podem se tornar fugidias, quando não recebem algum tipo de registro que a reforce, permitindo o seu uso posterior. Por vezes, apenas a memória pode não contemplar a reserva completa das ideias ou “*insights*” que acontecem fora dos ensaios. O objeto do conhecimento, quando enriquecido e resguardado em suportes distintos daquele a que se destina, diga-se, no caso da dança, antes da escrita cênica, faz com que esta brote naturalmente, ou com mais facilidade, e sem o perigo de dissipar-se caso a memória seja reforçada com registros e anotações, seja de que natureza for, criando reservas para o momento oportuno.

A produção textual de Nava comporta um procedimento de escrita cuja análise foi replicada para verificar os procedimentos utilizados na produção de *HQ*, conforme é possível verificar na figura 01.

TEXTO - NAVA	CENA - HQ
provisionamento	
anotações, lembretes, mapas, desenhos, caricaturas, plantas de edifícios, recortes de jornal, diagramas...	Caderno de anotações, anotações diversas, lembretes, músicas, livros de consulta, registros audiovisuais ...
espiralação	
recursos mnemônicos e fichário ação – texto escrito	Planejamento; execução; avaliação ação – escrita cênica
pensamento diagramático	
desenho de mapas, plantas baixas e questionários com evidente intuito de aguçar a memória e contribuir para a produção textual	Produção de croquis e esquemas para visualização das cenas antes de sua materialização; ensaios; avaliação; (re) planejamento

Figuras 01 –

Estrutura de análise comparativa escrita textual de Pedro Nava x escrita cênica de *HQ*

O primeiro procedimento é o *provisionamento*. É a partir da coleta e também da produção de materiais, tais como lembretes, mapas, dese-

nhos, caricaturas, plantas baixas de edifícios, recortes de jornal, diagramas etc. Pedro Nava juntou, ao longo de sua vida, materiais e registros de experiências/vivências que subsidiaram a construção do seu texto. Ao conhecer uma pessoa que julgasse interessante, sacava um pedaço de papel e um lápis ou caneta e traçava uma caricatura dela. Ao vivenciar algo que julgava pertinente, buscava registrar o fato, de forma a tornar a memória daquela vivência uma lembrança arraigada. Seus mecanismos de registro são múltiplos e únicos. De forma análoga, a produção do espetáculo *HQ* tem sua materialização iniciada a partir de recursos múltiplos, que envolvem desde o acesso a arquivos armazenados (desenhos, anotações de ideias, arquivos de áudio e vídeo) e da prospecção de novas informações acerca do que se pretendeu trabalhar, sejam materiais relacionados à temática em questão, à linguagem, técnica e estética a serem adotadas etc., e que consubstanciaram os recursos necessários para a construção do espetáculo. No processo, anotações em um caderno próprio ou esparsas, croquis, lembretes, músicas e registros audiovisuais, entre outros, foram coletados e acrescentados ao planejamento para tornar a encenação possível.

O segundo elemento é a *espiralação*. A partir dos materiais prospectados/coletados, o memorialista fazia emergir um conjunto específico de lembranças, que eram então transformados primeiramente em fichas e, na sequência, em texto escrito. O que, a princípio, eram recordações, imagens, registros diversos, transformavam-se em um relato preciso de acontecimentos datados a 30, 40 anos antes. Com um texto base em mãos (denominado boneco), o autor redirecionava o olhar para os materiais coletados e realimentava o boneco com novas informações, quantas vezes fossem necessárias até o texto estar suficientemente “completo”. A *espiralação*, no processo de construção do espetáculo *HQ*, acontece de uma maneira similar, mas com particularidades e distinções próprias da linguagem adotada. O grupo executa três etapas distintas durante a construção de seus espetáculos e coreografias: produção, execução e avaliação. Não há uma ordem cronológica ou procedimental e, normalmente, as três etapas funcionam simultaneamente. Desta forma, os materiais prospectados geravam experimentações cênicas, por meio de ensaios seguidos de imediata avaliação de resultados. Estes resultados geravam novo planejamento e novas execuções, sistematicamente. Da mesma forma que Nava recorria ao resgate de lembranças do passado e transcrevia as memórias no presente, retornando para “garimpar” novas informações, também o grupo, ao transitar entre materiais prospectados e experimentações cê-

nicas, com novas pesquisas, produzia um processo de *espiralação* para a construção de suas séries de cenas.

O terceiro elemento é o *pensamento diagramático*. Nava fazia uso de um recurso que ampliava sua capacidade de reconstruir o passado por meio da elaboração de diagramas, plantas baixas, plantas de fachadas e plantas de localização, elaborados de memória, ou a partir de questionários enviados a amigos e conhecidos, contemporâneos de cada época relatada pelo autor. Estes materiais contribuíam para a fluidez do pensamento e do resgate da memória, agindo positivamente no processo de descrição de situações acontecidas no passado e transcrição para o texto escrito. Em *HQ*, o pensamento diagramático surge da necessidade de facilitar a visualização daquilo que deveria ser desenvolvido em cena, antes mesmo dela ser ensaiada. Apesar de não tornar possível a materialização exata do que seria a cena, permite um vislumbre da globalidade da cena, o que facilita o diálogo entre o ato de planejar e o ato de construir as cenas nos ensaios. Croquis, esquemas e *storyboards* são os elementos mais comuns para operar neste elemento.

As três fases acima descritas, planejamento, execução e avaliação, não acontecem necessariamente em ordem cronológica, nem de forma isolada. São realizadas de acordo com as necessidades e, normalmente, de forma simultânea. Retroalimentam-se e contribuem para a evolução de cada uma isoladamente e do andamento da obra como em sua totalidade.

Também os elementos de análise *provisionamento*, *espiralação* e *pensamento diagramático* não têm um ordenamento específico. Cada fase, cada eixo, contribui e retroalimenta os outros, tornando a ação de construção textual, seja no texto escrito de Nava, seja no texto cênico utilizado em *HQ*, uma experiência viva e única, porém, um método passível de replicação.

O espetáculo *HQ* foi produzido pelo grupo Ballezinho de Londrina, no ano de 2012, com o intuito de transpor as páginas das histórias em quadrinhos para o contexto de um espetáculo de dança, de forma a comunicar, não só por meio de uma reprodução mecânica das “historinhas” da linguagem de inspiração, mas buscando extrapolar as barreiras da linguagem gráfica para um contexto cênico, e, no percurso, prestar uma homenagem à própria história daquela linguagem, seus principais autores, personagens e gêneros. A seguir, uma descrição de aspectos da análise do processo de sua construção.